

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

SANDRA DE JESUS CAMPOS ABREU

**A (IN) ACESSIBILIDADE ATITUDINAL DOS BIBLIOTECÁRIOS NA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

São Luís

2021

SANDRA DE JESUS CAMPOS ABREU

**A (IN) ACESSIBILIDADE ATITUDINAL DOS BIBLIOTECÁRIOS NA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina dos Santos Diniz.

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria
Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sandra de Jesus Campos, Abreu.

A INCESSIBILIDADE ATITUDINAL DOS BIBLIOTECÁRIOS NA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMA / Abreu Sandra de Jesus Campos. -
2021.

67 f.

Orientador(a): Isabel Cristina dos Santos Diniz.
Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São
Luís, 2021.

1. Acessibilidade atitudinal. 2. Biblioteca universitária. 3.
Usuário com deficiência. I. Diniz, Isabel Cristina dos Santos. II. Título.

SANDRA DE JESUS CAMPOS ABREU

**A (IN) CESSIBILIDADE ATITUDINAL DOS BIBLIOTECÁRIOS NA
BIBLIOTECA CENTRAL NA UNIVER/SIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para obtenção do
grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: 04 / 10 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Isabel Cristina dos Santos Diniz (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a Dr^a Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a Dr^a Diana Rocha da Silva

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Dedico este trabalho à minha família, em especial a minha mãe, pelo apoio incondicional e por ser meu maior exemplo de alguém que nunca deixou de sonhar. És eterna dentro de mim mãe!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por me permitir que eu chegasse até aqui, por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da minha graduação e os terríveis impactos da pandemia do Covid-19. Senti-lo ao meu lado é um grande privilégio. “A minha porção é o SENHOR, portanto, nele depositarei toda a minha esperança.” (LAMENTAÇÕES 3:24).

A todos os professores do Curso de Biblioteconomia e demais departamentos, da Universidade Federal do Maranhão que contribuíram para a construção da minha formação profissional, por meio do compartilhamento dos seus conhecimentos e experiências. Em especial, à minha orientadora Professora doutora Isabel Cristina dos Santos Diniz que me guiou de forma profícua na elaboração desta pesquisa, em meio a pandemia e todos as preocupações advindas de um percurso surreal na história da humanidade. Não tenho palavras para expressar minha gratidão!

Aos docentes Isabel Cristina dos Santos Diniz, Raimunda Ribeiro e Diana Rocha da Silva, membros da Banca Examinadora, pelas contribuições e disponibilidade de participar na qualificação deste trabalho.

Ao meu grupo de estudos e grandes amigos que conquistei nesta graduação, formados por: Rayanne da Silva Coelho, Huayna da Costa Santana, Jefferson Arnaldo da Cruz Costa, Iraceles Cardoso Luzo e Taynara de Sousa Mendes, caminhamos juntos do início ao fim do curso, sinto muito a falta de cada um, obrigada pelo carinho e incentivo que recebi em todo esse tempo. A todos os meus colegas de sala que juntos compartilhamos muitos momentos, conhecimentos e aprendizados.

A minha mãe por ser meu maior exemplo de fé e persistência, infelizmente eu a perdi no decorrer do curso e foi muito difícil. Porém, sentia sua força e incentivo a cada segundo, dizendo: não desista, siga em frente!

À meu esposo Natanael de Sousa Abreu, meu maior incentivador, aquele que se emocionou comigo quando conquistei a minha vaga na Universidade Federal do Maranhão, pois ele sabia a importância dessa conquista para mim. Obrigada por todo amor e companheirismo, aos meus filhos Guilherme e Gustavo vocês são meu combustível, motivo de pelo qual a vida se fez mais bela, foi tão bom ouvir suas orações pedindo forças para eu continuar firme nesse propósito.

Aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado me vendo como referência e principalmente, entender mais profundamente sobre acessibilidade, aprender para ajudar a minha irmã caçula que é uma pessoa com deficiência intelectual e necessidades especiais, com

as quais eu e meus irmãos tivemos muitos desafios após perdermos a nossa mãe. Aos meus sobrinhos para entenderem que a educação é um direito, e tem que ser prioridade, pois ela vale muito a pena.

Muita gratidão a todos que me impulsionaram em momentos difíceis no meu caminhar e contribuíram de forma direta ou indireta na formação do Curso de Biblioteconomia e na conclusão deste trabalho. Grata a Deus por conhecer a Biblioteconomia, curso do qual tenho muito orgulho de chegar até aqui e sentir-me vitoriosa.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.” (PAULO FREIRE, 2018).

RESUMO

A pesquisa aborda a acessibilidade ou a inacessibilidade atitudinal dos Bibliotecários na Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (BC/UFMA), considerando as ações, as estratégias e as relações acessíveis desenvolvidas. Esta investigação foi viável uma vez que a Biblioteca Universitária prima em ofertar um ambiente que permita a integração e inclusão do usuário com deficiência ou com algum tipo de limitação, priorizando o seu acolhimento e principalmente, favorecendo uma atmosfera de aceitação chamada de “sentimento de pertença”. Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, com objetivo geral investigar a (in) acessibilidade atitudinal do Bibliotecário na Biblioteca Central da UFMA. A partir deste objetivo, foram delineados os objetivos específicos: a) caracterizar o entendimento e envolvimento dos bibliotecários em projetos ou ações relacionadas a acessibilidade desenvolvido na Instituição de Ensino Superior e na biblioteca b) identificar o (s) indicio (s) ou não da (in) acessibilidade atitudinal dos Bibliotecários; c) detectar os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca aos usuários com deficiência. Para tal pesquisa utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com os bibliotecários. Dessa forma, destaca-se os dados analisados e apresentados, verificou-se a participação em projetos de inclusão social e acesso a informação em cursos e treinamentos ofertados dentro e fora da Universidade, cursos de libras, treinamento do serviço leitor, acessibilidade e inclusão em bibliotecas, atendimento educacional especializado, arquitetura acessível, softwares inclusivos, transcrição de áudio, eventos e palestras. Considerando os indícios de acessibilidade atitudinal, identificou-se acolhimento dos bibliotecários até no decorrer da pandemia com o uso das tecnologias para chamar os estudantes online. Identificou-se que os Bibliotecários buscam a capacitação para viabilizar o atendimento dos usuários com deficiência, como cursos de libras e até outra graduação. Por outro lado, sabe-se que são poucos os que se preocupam com educação continuada voltada para a acessibilidade e inclusão no âmbito da biblioteca. No entanto, os resultados permitiram traçar as várias experiências sobre a acessibilidade atitudinal dos Bibliotecários BC/UFMA e foram resultados relevantes. Dessa forma, conclui-se que os Bibliotecários buscam garantir a igualdade de oportunidade, priorizando a acessibilidade e inclusão no contexto do ensino superior.

Palavras-chave: Acessibilidade atitudinal. Biblioteca universitária. Usuário com deficiência.

ABSTRACT

The research addresses the accessibility or attitudinal inaccessibility of Librarians in the Central Library of the Federal University of Maranhão (BC/UFMA), considering the actions, strategies and accessible relationships developed. This research was feasible once the university library aims at offering an environment which enables the integration and inclusion of the user with disabilities or with some kind of limitation, prioritizing its reception and, mainly, favoring an atmosphere of acceptance called "feeling of belonging". This is a field research of qualitative nature, with the general purpose of investigating the signs of accessibility or attitudinal inaccessibility of the Librarian of the Central Library at UFMA. Based on this goal, the following specific objectives were outlined: a) to characterize the understanding and involvement of librarians in projects or actions related to accessibility developed in the HEI and in the library; b) to identify the indication(s) or not of the librarians' attitudinal accessibility; and c) to detect the services and products offered by the library to users with disabilities. For such research, a questionnaire was used as a data collection tool with librarians. of said library. Through the data analyzed and presented it was verified the participation in projects of social inclusion and access to information, in courses and training offered inside and outside the university, courses in libras, training of the reader service, accessibility and inclusion in libraries, specialized educational service, accessible architecture, inclusive software, audio transcription and events and lectures. Considering the evidence of attitudinal accessibility, we identified librarians' welcoming even in the course of the pandemic with the use of technologies to call students online. It was identified that librarians seek training to make it possible to effectively serve their users with disabilities, such as courses in libras and even another undergraduate course in order to enable a better service. On the other hand, it is known that few people are concerned with continuing education focused on accessibility and inclusion within the library. However, the results allowed us to trace the various experiences on attitudinal accessibility of BC/UFMA librarians and were relevant results. Thus, it is concluded that Librarians seek to ensure equal opportunity within their limitations, prioritizing accessibility and inclusion in the context of higher education.

Keywords: Attitudinal accessibility. University library. Users with disabilities.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC	Biblioteca Central
BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DACES	Diretoria de Acessibilidade
DIB	Diretoria Integrada de Bibliotecas
FORCOL	Formação e Desenvolvimento de Coleções
FUM	Fundação Universidade do Maranhão
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PET	Programa de Educação Tutorial
PROEN	Proreitoria de Ensino
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SOMACS	Sociedade Maranhense de Cultura Superior
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Trajetória cronológica sobre a pessoa com deficiência	18
Quadro 2 – Cronologia da legislação que garante o direito de pessoas com Deficiência.....	23
Quadro 3 – Barreiras a pessoa com deficiência.....	32
Quadro 4 – Idade, gênero, nível acadêmico e tempo de serviço dos respondentes	39
Gráfico 1 – Outra formação ou habilitação para lidar com usuário com deficiência	40
Figura 1 – Entrada da Biblioteca Central (escadas e rampas)	48
Figura 2 – Porta de Entrada da Biblioteca Central	48

LISTA DE TABELAS

Tabela – 1 Entendimento sobre inclusão social e estudantes com deficiência.....	41
Tabela – 2 Participação em projeto de inclusão social de estudantes com deficiência.....	41
Tabela – 3 Participação do bibliotecário em cursos, treinamentos, etc. sobre acessibilidade e inclusão de usuários com deficiência	43
Tabela – 4 Bibliotecário capacitado para atender e desenvolver atividades orientadas para a acessibilidade.....	44
Tabela – 5 Bibliotecário investe na sua capacitação para atender pessoa com deficiência durante o seu acesso e uso da informação	44
Tabela – 6 Bibliotecário investe na sua capacitação quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e das Tecnologias Assistivas (TAs).....	45
Tabela – 7 Biblioteca dispõe de funcionário articulador orofacial	45
Tabela – 8 Biblioteca dispõe de um tradutor de Língua Brasileira de Sinais ..	46
Tabela – 9 Recursos disponíveis na biblioteca satisfazem os usuários com Deficiência	46
Tabela – 10 Biblioteca acessível ou adaptada para atender às necessidades especiais dos usuários com deficiência.....	47
Tabela – 11 Biblioteca controla o registro de seus usuários com deficiência	49
Tabela – 12 Bibliotecário versus prática de Acessibilidade Atitudinal na BC/UFMA.....	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE	18
2.1	Historicidade: algumas considerações	18
2.2	Principais legislações	21
3	ACESSIBILIDADE E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	31
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
4.1	Lócus da Pesquisa: BC/UFMA	35
5	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL DOS BIBLIOTECÁRIOS DA BC/UFMA: apresentação dos resultados	38
5.1	Formação, entendimento e atuação dos Bibliotecários da BC	38
5.2	A educação continuada dos Bibliotecários e a capacitação para atender estudantes com deficiências	42
5.3	Ações e experiências sobre Acessibilidade Atitudinal na BC/UFMA	46
6	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO	61
	APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	62
	APÊNDICE C –ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO	63

1 INTRODUÇÃO

A vivência na UFMA/Universidade Federal do Maranhão trouxe-me experiências e conhecimentos que levaram-me a refletir sobre o papel do Bibliotecário na sociedade atual, marcada por mudanças sociais, políticas e econômicas. Neste interim dialogar sobre acessibilidade e as mudanças, principalmente, nas últimas quatro décadas podem ser representadas por várias iniciativas e regulamentações¹ de apoio ao processo de inclusão de pessoas com deficiência, mediante a criação e aprovação de documentos jurídicos, formalização e institucionalização de órgãos ou organizações que lutam pelos interesses e direitos destas pessoas (DINIZ, 2019).

Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016) houve um aumento de 3,5% do número de matrículas no ensino superior na rede privada, decrescendo 0,4% na rede pública, nos períodos de 2014-2015 que as instituições privadas concentram 75,7% das matrículas. O sistema de ensino superior público está estruturado em: 62,2% das matrículas estão em instituições federais; 31,7% em instituições estaduais e 6,1% em instituições municipais.

Desta forma, a educação inclusiva, que até então durante um tempo esteve associada ao ensino fundamental e médio, passou a alcançar o nível superior. Na tentativa de reduzir as tensões em torno das noções de inclusão/exclusão e identidade/diferença (BARBOSA, 2002). Xavier e Canen (2008, p. 228) contextualizam que sobre o olhar do multiculturalismo, torna-se inconcebível falar de inclusão sem inseri-la em um contexto que questiona a exclusão, bem como “[...] sobre a formação das identidades e sobre a construção discursiva das diferenças”, ou seja, a inclusão é compreendida a partir da compreensão da exclusão.

Diante disso, para Xavier e Canen (2008, p. 228) a exclusão condiciona “[...] a uma suposta, imposta e dolorosa invisibilidade”, onde os excluídos não são vistos, não existem, e suas necessidades, cultura e realidade são irreconhecidas, distantes e irreais. São “[...] incomodativas e provocativas em demasia para a preservação de nossa pretensa estabilidade pessoal e social” (XAVIER; CANEN, 2008, p. 228).

¹Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (1981); Conferência Mundial de Educação para Todos (1990); Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1993); Encontro Internacional para a Discussão das Políticas de Atendimento aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (1994); Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Específicas: Acesso e Qualidade (1994); Convenção Interamericana para a Eliminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999); Declaração de Caracas (2002); Declaração de Santo Domingo (2006); Decreto-Lei nº 163/2006, NBR9050/2015 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas): Adequação das Edificações e Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência, Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), entre outras.

Dessa forma, diante dessa estabilidade social, cabe ressaltar que apesar do aumento de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil há uma maior preocupação para a permanência na universidade de pessoas socialmente desfavorecidas, como é o caso dos estudantes com deficiência. Apesar disso, sabe-se que muito ainda precisa ser melhorado, visto que a permanência desses estudantes na educação superior enfrenta muitos obstáculos e preconceitos.

Essa preocupação foi discutida na disciplina de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FORCOL), ministrada pela professora Doutora Isabel Cristina dos Santos Diniz, quando a docente organizou uma atividade a ser desenvolvida pelos alunos para sondar sobre a situação do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (BC/UFMA) direcionado para os usuários com deficiência.

Desde então, nasceu em mim uma inquietação atrelada ao estudo sobre inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência na universidade, diante disso, obtive vários questionamentos que me direcionaram a escolha dessa temática para além da sala de aula.

Além disso, nos primeiros períodos do curso de Biblioteconomia a nossa turma tinha dois estudantes com deficiência que desistiram do curso por causa da dificuldade e inacessibilidade, isso fez-me despertar o interesse em saber como anda o processo de acolhimento dessas pessoas no ensino superior? Como está o processo de inclusão dos estudantes na biblioteca universitária?

Neste contexto, nota-se que a biblioteca universitária tem o desafio de agir inclusivamente, uma vez que, estudantes com deficiência fazem parte do seu público consumidor de serviços e produtos disponibilizados por essa unidade de informação. No entanto, observa-se que há desistência de alguns alunos diante da falta de acessibilidade nos espaços da universidade, causando frustração! É notório que falta “Acessibilidade Atitudinal”, ou seja, à percepção de como o outro se sente; colocar-se no lugar da outra pessoa de forma reflexiva.

Dessa forma, a universidade deve ser um ambiente mais atento para a importância da empatia para com a pessoa com deficiência, incentivando os docentes, discentes e corpo administrativo a pensar na dificuldade em que o outro esteja passando, oferecendo-lhe oportunidade de inclusão. Portanto, é necessário garantir a permanência desses estudantes na universidade, quebrando barreiras que limitam o seu acesso a esse espaço. Visto que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) “todo ser humano tem direito à educação”. (ONU, 1948, não paginado), Diante do exposto, argumenta-se o quanto é relevante estudar sobre a situação em que se encontra a (in) acessibilidade atitudinal dos Bibliotecários na BC/UFMA.

Por conseguinte, entende-se que a acessibilidade atitudinal significa conhecimento sobre o que é deficiência e as necessidades sentidas em cada tipo (SASSAKI, 2005). Apesar disso, entende-se que os bibliotecários encontram muitas dificuldades para pôr em prática a sua educação continuada, por conta de falta de tempo, pois os mesmos enfrentam uma jornada de trabalho muito intensa, além disso, falta recursos financeiros para os mesmos investirem.

Para além de conhecimento sobre legislação, tecnologias assistivas, técnicas e competências, igualmente, o Bibliotecário precisa ter empatia, conhecimento para lidar com a pessoa com deficiência (SASSAKI, 2005). É de responsabilidade da biblioteca universitária manter parcerias com outros órgãos internos e externos da UFMA, na tentativa de favorecer a construção de ideias, práticas e pesquisas sobre o assunto e que parte destes saberes e iniciativas decorrem da acessibilidade atitudinal. Aspecto importante para se pensar em outras possibilidades que podem ser colocadas em prática no fazer biblioteconômico.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar a (in) acessibilidade atitudinal do bibliotecário na Biblioteca Central da UFMA.

A partir deste objetivo, foram delineados os objetivos específicos;

- a) Caracterizar o entendimento e envolvimento dos Bibliotecários em projetos ou ações relacionadas a acessibilidade desenvolvido na IES e na biblioteca;
- b) Identificar o (s) indicio (s) ou não da (in) acessibilidade atitudinal dos Bibliotecários;
- c) Detectar os serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca aos usuários com deficiência

Ressaltamos que para a elaboração e escolha do instrumento de coleta de dados, foi preciso leituras sobre a literatura referente a metodologia da pesquisa. Assim, utilizou-se uma abordagem de estudo qualitativo durante a análise dos dados colhidos pela aplicação de um questionário (Apêndice C).

Por outro lado esta pesquisa buscou contribuir com a produção da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Além disso esta proposta tem o intuito de trazer um estudo dos profissionais que atuam especificamente nesse espaço, auxiliando para um melhor atendimento e conhecimento das necessidades informacionais dos usuários com deficiência, de forma que o bibliotecário possa ser acessível, com o propósito de entender as necessidades e auxiliar as pessoas com deficiência.

Em relação à organização deste estudo, estrutura-se em: introdução; referencial teórico; metodologia; análise dos dados; conclusão; referências e apêndice.

2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

Neste capítulo discorre-se sobre o enquadramento teórico da pessoa com deficiência na sociedade, contextualizando a importância da acessibilidade para a sua autonomia e as principais legislações.

2.1 Historicidade da Pessoa com deficiência: algumas considerações

Na história da humanidade a pessoa com deficiência sempre foi retratada como um ser à margem da sociedade, vivendo em condições precárias e em muitos dos casos, isolada, ocultada, pois representava uma vergonha para a sociedade (DINIZ, 2007; BEYER, 2005). Neste contexto, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006) pontua no Quadro 1 alguns fatos marcantes dessa trajetória:

Quadro 1 – Trajetória cronológica do sobre a pessoa com deficiência

Ano	Trajétoria cronológica sobre a pessoa com deficiência
428-348 a. C.	Ao procurar descrever como deveria ser uma república perfeita, Platão descreve: “[...] e no que concerne aos que receberam corpo mal organizado deixa os morrer”.
Idade Média	Eram internados uma parte das pessoas idosas e doentes que não dispunham de condições de proverem seus meios de vida. Esses lugares serviam também de abrigos para pessoas impossibilitadas de prover seu próprio sustento, devido uma série de limitações Físicas e sensoriais.
Idade Moderna	Tratou-se do modelo biológico o qual forneceu os pressupostos científicos para a educação da pessoa com deficiência.
Séc. XVI e XVII	A educação sistematizada de pessoas com deficiência se restringiu basicamente aos filhos da nobreza e da nascente burguesia enriquecida os quais puderam usufruir da sua condição de membros da elite.
1994	Declaração de Salamanca propôs um paradigma de inclusão social e educacional, afirmando a necessidade de todos se comprometerem com a eliminação de barreiras que vêm excluindo uma parcela da população mundial

Fonte: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006).

No Quadro 1 cabe destacar a relevância da Declaração de Salamanca, documento elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, em 1994, cujo o objetivo foi nortear e fornecer diretrizes básicas para a criação e reformulação de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Estudos recentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006) apontam que o Brasil possui um dos maiores contingentes de pessoas com deficiência no mundo. A partir dessas informações percebe-se a relevância de abordar o assunto para conhecer a necessidade da inclusão social e eliminação das barreiras que vêm excluindo essas pessoas da sociedade brasileira.

A Organização das Nações Unidas (ONU), através da Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência, esclarece que as “[...] pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas [...].” (MAIOR, 2015, p.1). Ou seja, apesar das limitações que permeiam seu universo, perante a sociedade esse cidadão possui direito e oportunidade com possibilidades de usufruir de qualidade de vida nas mesmas condições que todos os outros indivíduos. Nesse contexto, Maior (2015, p. 4) ressalta que:

Os tipos de deficiência correspondem às alterações biológicas e suas necessidades específicas. A qualquer momento, outros grupos de interesse podem demandar sua inclusão no rol das pessoas com deficiência. Todavia, a razão de existir legislação e políticas públicas é promover e proteger os direitos das pessoas que estão em condições de maior exclusão na sociedade. Ampliar exageradamente a proteção para mais subgrupos faz perder o foco das políticas de ação afirmativa existentes, cuja finalidade é reduzir a desvantagem histórica das pessoas com deficiência grave ou severa.

Para Maior (2015) a relevância de tratar sobre os diversos tipos de deficiências (física, mental, auditiva, visual, dentre outras) evidencia que para cada tipo de deficiência a abordagem deve ser única respeitando as diferenças individuais. Para tanto, a importância da inclusão da pessoa com deficiência perpassa pela a necessidade de compartilhar, nesse contexto, tomar atitudes para promover a acessibilidade que faz parte de um processo de respeito e mudanças através da acessibilidade atitudinal.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais é uma temática que tem sido discutida no cenário atual da sociedade da Informação e do Conhecimento, particularmente no que diz respeito a sua relação com os processos de ensino e aprendizagem nos ambientes educativos. Diniz, Almeida e Furtado (2017, p.53) ressaltam que “[...] a acessibilidade é um direito conquistado pelas pessoas com necessidades especiais, mas que não é respeitado em sua plenitude. Tal desrespeito vem perpetuando a exclusão dessas pessoas na sociedade, limitando seu acesso à educação e à informação.” Para tanto, é perceptível a importância de conhecer as necessidades efetivamente para que haja inclusão das pessoas com deficiências na prática, que estudos sejam realizados e que influencie de maneira que permita a produção mais conhecimentos relevantes e bem detalhados para identificar fatores e atitudes negativos e conduzi-los a resultados positivos.

Em relação à acessibilidade, algumas bibliotecas universitárias brasileiras têm despertado para a importância de promover e dispor espaços acessíveis e inclusivos, proporcionando condições e oportunidades para todos entrarem em contato com o

conhecimento produzido e difundido. E ainda, favoreçam a proximidade entre o usuário-usuário e o usuário-bibliotecário através do resgate do conceito e da prática da empatia e cidadania, por meio de ações que reflitam suas decisões em prol de uma sociedade inclusiva. (ESTABEL, MORO, SANTAROSA, 2005; FIALHO, SILVA, 2012; FONSECA, GOMES, VANZ, 2012; LAZZARIN, 2014; VIEIRA, 2014; GOMES, 2015; dentre outros).

Em contrapartida, Diniz (2019, p. 282) afirma que faltam ações, atividades e estratégias com direcionamento para acessibilidade e inclusão desenvolvidas por bibliotecas universitárias. De modo que, a acessibilidade é uma necessidade que deve ser compartilhada e não pode ser uma realidade distante na sociedade. Dessa forma, Sasaki (2009, p. 9): aborda a temática de forma universal.

[...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Assim, evidencia-se que atitudes e empatia são fatores que quebram as barreiras que dificultam a inclusão. Para tanto, exige-se maior conhecimento dos profissionais acerca das características peculiares dos tipos de limitação. Nesse contexto, usa-se a biblioteca para ser um canal de discurso e prática na acessibilidade, que vai além do contato eventual. A (in) acessibilidade pode estar presente em todos os ambientes: no trabalho, em ambientes públicos como uma parada de ônibus, na universidade, em uma sala de aula ou em um restaurante.

Assim, conceitua-se acessibilidade, trazendo como referência o Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004) estabelecendo a promoção da acessibilidade, entende-se que nenhum cidadão deveria ser restringido a liberdade, pois ela é um direito fundamental segundo a Constituição Federal. Diante disso, descreve-se acessibilidade como:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

Cabe ressaltar que a acessibilidade atitudinal consiste na mola propulsora que irá direcionar todo o pensar e se colocar no lugar do outro. Caracteriza-se em visualizar a necessidade do outro e agir em meio a situações adversas, com o propósito de auxiliar as pessoas com deficiência em suas necessidades informacionais.

Para além do bibliotecário em suas técnicas e competências, entende-se que a acessibilidade nas bibliotecas universitárias ultrapassa o profissionalismo, perpassa pelo lado humanístico e acrescenta-se que, para eliminar barreiras o bibliotecário deve ter iniciativa para assegurar a educação inclusiva.

Diante disso, Sasaki (2005, p. 23) classifica acessibilidade em seis dimensões:

Acessibilidade Arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas nos recintos internos e externos e nos transportes coletivos.

Acessibilidade Comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual e etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos e aprendizagem, participação de cada aluno, novo conceito de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística e etc. baseada em participação ativa) e da educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.).

Acessibilidade Instrumental: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudos (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, matérias pedagógicas), de atividade da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte, recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral.

Acessibilidade Atitudinal: por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na universidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas e estereótipos e discriminações.

Podemos observar os tipos de acessibilidade cujo direito é garantido por lei os quais para Diniz, Almeida e Furtado (2017) a sociedade deveria ser acessível em todas as modalidades, priorizando os espaços públicos como a biblioteca e o seu entorno (acessibilidade urbana) como: as ruas e avenidas, o transporte público, etc. priorizando-se esforços e políticas públicas que fortaleçam as atitudes de aceitação das diferenças, garantindo ao cidadão com necessidades especiais uma vida com dignidade. Diante disso, o próximo tópico descreverá sobre as leis que fundamentam e garantem os direitos que beneficiam as pessoas com deficiência.

2.2 Principais legislações sobre os direitos da pessoa com deficiência

As leis que tratam da acessibilidade e garantem às pessoas com deficiências o direito de ter acesso à uma sociedade acessível e à informação de forma igualitária, servem de aportes jurídicos para a implementação de políticas públicas inclusivas (SILVA, 2021). No entanto, as

garantias de algumas das leis descritas, são desconhecidas diante de não serem incorporadas pela sociedade.

Entende-se que para serem cumprida precisam ser conhecidas. Dessa forma, cronologicamente inicia-se com a legislação direcionada a inclusão e acessibilidade, destaca-se que é muito antiga e pouco difundida nas escolas até os dias atuais, a lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962 (BRASIL, 1962) que aprova as convenções Braille para a uso na leitura e na escrita dos cegos com o código de contrações e até abreviaturas Braille. No entanto sabemos que, na educação pública não são visualizadas as políticas públicas de inclusão.

Para conhecer leis específicas para a pessoa com deficiência, que auxiliam o processo de igualdade, a legislação no Brasil é rigorosa. Em regras gerais enfatiza-se a lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982 (BRASIL, 1982) que trata da pensão para pessoas com deficiência física, evidenciado no Art. 1 que:

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, aos portadores da deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" que a requererem, devida a partir da entrada do pedido de pagamento no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. (BRASIL, 1982, p.1).

Nesse contexto destaque para a lei nº 7.405, de 12 novembro de 1985 (BRASIL, 1985), que obriga a disposição do símbolo internacional de acesso nos locais e em serviços que possam ser usados por pessoas com deficiências. Dessa forma, na Constituição de 1988 (BRASIL, 2019), no capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, seção I intitulado da Educação, art. 208 revela que:

O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV - acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL, 2019, p.167).

Frisa-se ainda na década de 1980, a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989) que estabelece o apoio às pessoas com deficiência, na forma de agregação social, junto a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), estabelece a assistência jurisdicional de instâncias coletivas, por exemplo, a ação do Ministério Público.

Contudo, o amparo dos indivíduos por meio de normas, legislações e jurisprudências, são evidenciados por políticas governamentais e institucionais. Diante disto, por exemplo, uma forma de garantir a democracia e o direito de todos, principalmente as pessoas com deficiência,

está na lei Nº 10.098 (BRASIL, 2000), visa garantir e efetivar direitos desse público-alvo a cada dia.

Por outro lado existem muitos obstáculos que podem atingir as pessoas com deficiência ao ter acesso aos espaços sociais. Realidade que alerta para a necessidade de legislação que favoreça a inclusão a igualdade social, priorizando a conscientização e educação da sociedade. Mas, esse cenário está melhorando, pois a sociedade despertou e está criando estratégias para facilitar a inclusão dessa minoria. Tais estratégias decorrentes da busca por mudanças em especial das pessoas com deficiência.

Diante disso, procurou-se descrever de forma mais direta no enquadramento teórico sobre algumas das principais legislações brasileiras sobre a pessoa com deficiência, pontuadas no Quadro 2 que trata sobre a cronologia da legislação de pessoas com deficiência.

Quadro 2 - Cronologia da legislação que garante o direito de pessoas com deficiência.

Legislação	
Leis	Descrição
Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962	Aprova as convenções Braille para a uso na leitura e na escrita dos cegos com o código de contrações e até abreviaturas Braille.
Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982	Trata a acerca da pensão para pessoas com deficiência física.
Lei nº 7.405, de 12 novembro de 1985	Obriga a disposição do símbolo internacional de acesso nos locais e em serviços que possam ser usados por pessoas com deficiências.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Que discorre acerca do apoio a pessoas com deficiência, na forma de agregação social, acerca a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).
Lei Nº 10.098	Visa garantir e efetivar direitos desse público-alvo a cada dia.
Lei 13.146	Estabelece a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, também intitulada como Estatuto da pessoa com deficiência.
Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991	Institui acerca da caracterização de símbolo que possibilita a assimilação de pessoas com deficiência auditiva.

Lei 10.048/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoa com de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, onde em 2004 reforçando a Lei da acessibilidade, bem como trouxe parâmetros acessibilidade as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
10.436, de 24 de abril de 2002	Presidida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que relata acerca Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003	Constitui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes com transtornos mentais debandados de internações.
Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003	Estabelece a Política Nacional do Livro. Onde destaca-se no art. 1º, XII que “assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura” (BRASIL, 2003, p.1).
Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005	Determina o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.
Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005	Compõe o Projeto Escola de Fábrica, que aprova a concessão de bolsas de permanência a estudantes do Programa Universidade para Todos (PROUNI), forma o Programa de Educação Tutorial (PET).
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008	Ressalta sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).
Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010	Ratificada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 que institui a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012	Prescreve as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Lei 13.146 de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência que “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p.1).

Fonte: Levantamento do autor (a)

Durante o século XX e o início do século XXI foram decisivos para o desenvolvimento dos direitos das pessoas com deficiências. Pois, a inclusão social tornou-se uma política pública que permitiu a criação de várias legislações que os protegem. Por outro lado as pessoas com deficiências ainda sofrem preconceitos e restrições na sociedade atual, sobretudo com as barreiras existentes, principalmente com a escassez de acessibilidade, ou o preconceito sofrido por eles. Visto que algumas leis não saem do papel ou são descumpridas pelas pessoas.

Dessa forma, estão sendo desenvolvidos pelo mundo muitos debates sobre os direitos humanos, defendendo a dignidade da pessoa, na igualdade e na melhora da qualidade de vida. Alguns direitos são conhecidos e defendidos mundialmente, como o direito à vida e a liberdade. No entanto, são debatidos ainda o seu alcance a esse grupo. Cita-se o direito à informação, à inclusão e a comunicação.

Como podemos observar o direito a inclusão ganhou mais espaço nos debates ao decorrer dos anos, por ser necessário para a equidade na sociedade. Diante disso, cada vez mais defendido esta igualdade entre as pessoas, foi desenvolvida legislações específicas em diversos países, por exemplo, no Brasil, foi determinado a Lei 13.146 (BRASIL, 2015), a Lei de Inclusão onde assegura os direitos das pessoas com deficiência, além de impor sanções caso infrinja-se tal lei.

No tocante à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no título II definido como dos direitos e garantias fundamentais, no capítulo I que aborda os direitos e deveres individuais e coletivos, Art. 3º, onde estabelecem objetivos fundamentais, no qual no inciso IV caracterizam em requerer o bem de todos, sem preconceitos de raça, origem, sexo, idade e cor, ou/e quaisquer outras discriminação. No Art. 5º, é discriminado que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2019, p.166).

No entanto, ressalta-se a lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991) que institui a respeito da caracterização de símbolo que possibilita a assimilação de pessoas com deficiência auditiva. Uma lei que nem sempre é cumprida e cuja aplicabilidade asseguram acessibilidade e inclusão direcionada a esse tipo de limitação.

Na legislação nacional, destaca-se ainda diversos decretos, leis e até normas para a inclusão, como o decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993 (BRASIL, 1993) que instituí a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, sendo revogada pelo decreto 3.298 de 1999 que afirma a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Bem como a lei nº 8.899,

de 29 de junho de 1994 (BRASIL, 1994) que outorga o passaporte livre às pessoas com deficiência no transporte coletivo interestadual.

Apesar disso, essa é uma das barreiras mais comuns e assim verificamos que a inclusão não é uma tarefa fácil. Dessa forma, a assistência a pessoas com deficiência, são evidenciados por políticas governamentais e institucionais. De acordo com lei 10.098/2000:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000, p.1).

Por outro lado, para que pudesse contribuir significativamente para a inclusão educacional, as leis deveriam ser cumpridas, pois evidencia-se a lei nº 10.098 de 2000 (BRASIL, 2000), sendo direcionada a acessibilidade estabelecendo normas e critérios que promovem à acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Visa reduzir as barreiras arquitetônicas, urbanas, da comunicação ou nos transportes enfrentadas por essas pessoas diariamente. Permitindo assim, mais autonomia e oportunidades iguais a todos. Enfatiza-se ainda o decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000) sobre o transporte de pessoas com deficiência no transporte coletivo interestadual.

Tal como a NBR 9077: 2001 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2001) que tem como objetivo de fixar as condições exigíveis para saídas de emergência em edifícios, bem como possa permitir que sua população possa abandoná-las em caso de incêndio, e permitir o acesso fácil de bombeiros.

Segundo a NBR 9077: 2001, o objetivo é:

- a) a fim de que sua população possa abandoná-las, em caso de incêndio, completamente protegida em sua integridade física;
- b) permitir o fácil acesso de auxílio externo (bombeiros) para o combate ao fogo e a retirada da população. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2001, p. 01).

O decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001) que expressa a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência. Tal qual a lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003 (BRASIL, 2003) que constitui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes com transtornos mentais debandados de internações.

A lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 que estabelece a Política Nacional do Livro. Onde destaca-se no art. 1º, XII que “[...] assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura [...]” (BRASIL, 2003, p.1). E, no art. 2º que se considera “[...] a publicação de textos

escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento[...].” (BRASIL, 2003, p.1). Conforme o inciso VII determina que “livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual”. (BRASIL, 2003, p.1)

Para falar sobre acessibilidade é necessário compreender o decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), que regulamenta as Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000) e a lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000). Mas, em 2004 esse decreto foi reforçado a lei de acessibilidade, onde ressaltava o atendimento prioritário, projetos acessíveis, o acesso a comunicação e informação de forma clara, porém trouxe como parâmetros de acessibilidade as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Ciente do seu papel na sociedade evidencia-se ainda a lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), que determina o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Como a lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005) que compõe o Projeto Escola de Fábrica, que aprova a concessão de bolsas de permanência a estudantes do Programa Universidade para Todos (PROUNI), forma o Programa de Educação Tutorial (PET). Assim como o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que dispõe sobre a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, no que se refere a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Da mesma forma que o decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2005) que acata o plano de metas para a universalização do serviço telefônico fixo para pessoas com deficiência auditiva. Bem como o decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 (BRASIL, 2007) sobre o benefício de prestação continuada da assistência social às pessoas com deficiências

Entretanto, dentre a legislação voltada a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil, tem ainda o Decreto Legislativo nº 186, de 2008 (BRASIL, 2008) a qual ratifica o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo, assinado no dia 30 de março de 2007 na cidade de Nova Iorque. Enfatiza-se ainda a lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (BRASIL, 2008) sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

Como a NBR 15599:2008 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008) que tem como objetivo de garantir acessibilidade na prestação de serviços em comunicação. Sendo utilizados 12 tipos de serviços, e que seus procedimentos possam garantir a eficácia na comunicação, usando tabelas que pautam os recursos para acessibilidade na comunicação do público-alvo.

A Convenção Internacional no que diz respeito aos Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrido em Nova Iorque, foi decretado que os Estados presentes na convenção, evoque os princípios determinados na Carta das Nações Unidas, que admitem a dignidade, os direitos iguais fundamentado na liberdade, na justiça e na paz mundial. E sendo consolidado pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009) que ratificou a Convenção Internacional. E, a lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010) que institui a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

No que tange a inclusão da pessoa com deficiência ainda se encontra a lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012) que determina as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Assim como a lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (BRASIL, 2012) constituindo a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) que no art. 12, inciso IV enfatiza “propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável” (BRASIL, 2012, p.1). Como também a lei nº 12.622, de 8 de maio de 2012 (BRASIL, 2012) que determina o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico.

Atualmente, a legislação mais completa no que diz respeito a acessibilidade no país é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, denominada como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), firmada no ano de 2015 que complementou a lei nº 10.098 (BRASIL, 2000) que seguiu o protocolo da Convenção da ONU realizada em 2006. Sendo dividida em três partes de como tratar os direitos fundamentais, como a educação, saúde e o transporte. Contudo, leis e decretos para a inclusão e acessibilidade já é existente há um tempo, por outro lado foi ser respeitada quando foram cobradas de maneira mais dura e direta, e por isso, surgiu diversas normas específicas para determinadas áreas.

No que concerne a lei 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015), destaca-se também o transporte e mobilidade da pessoa com deficiência devido a sua relevância. Trata do amparo a pessoa com deficiência em relação ao convívio social, estabelecendo a busca pela redução da desigualdade. Visto que o convívio é uma construção de sociedade inclusiva, cuja garantia de igualdade de tratamento e de oportunidades para todos perpassa pelas mudanças de atitudes, pela aceitação das diferenças, pela efetivação das políticas públicas de acesso e inclusão

Para tanto, os espaços de formação (universidades), são constituídos de unidades de informação que possibilita a recuperação, acesso e disponibilização do conhecimento. Estas bibliotecas recebem um público diversificado, com necessidades informacionais distintas, desse modo às mesmas não podem ficar distante da realidade que os cercam e assim também devem

preocupar-se em construir um ambiente que seja acessível para suprir as demandas desses usuários que são reais dentro desses espaços.

Por outro lado, para que as bibliotecas tornarem-se acessível é necessário que estejam aptas desde a estrutura arquitetônica, instalações adequadas para atender de forma subjetiva cada um nas suas necessidades individuais que perpassa as informacionais, estejam preparados enquanto a acessibilidade digital e tecnológica e também na recepção desse público que devem ser acolhidos de forma que os incentive a continuar frequentando esses ambientes.

Devido a essas legislações específicas para a inclusão de pessoas com deficiência que a ABNT difundiu vários padrões de acessibilidade, como os parâmetros da NBR 9050:2020, com objetivo na acessibilidade de projetos, mobiliário, instalações, construções, adaptação de edificações e aparelhamentos urbanos.

De acordo com a NBR 9050:2020

Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

As áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico etc., não necessitam ser acessíveis.

As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais necessitam ser acessíveis em suas áreas de uso comum. As unidades autônomas acessíveis são localizadas em rota acessível. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 01).

É uma norma que contém regras voltadas para o projeto arquitetônico de um espaço, a fim de receber os vários tipos de deficientes. Como podemos observar as dificuldades de acesso não se limitam apenas às barreiras físicas e arquitetônicas, são muitos os obstáculos a serem superados para que a inclusão aconteça de fato.

[...] oferecer um espaço digno e capaz de favorecer a vida dessas pessoas para que as mesmas consigam não apenas entrar na universidade, mas concluir com êxito seus percursos acadêmicos. Esta é uma preocupação para as bibliotecas universitárias, por estas serem instituições com responsabilidade social, inseridas no ambiente universitário, com o objetivo de atender as necessidades informacionais dos membros da comunidade acadêmica. (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2017, p.2).

Diante desse contexto, bem como atender necessidades de diversos tipos de deficiência a NBR 10152:2020 tem como objetivo de regulamentar os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico em diversos tipos de espaços. Locais que utilizam as diretrizes dessa norma são hospitais, escolas dentre outros ambientes. Em contra partida, a lei existe porém, não é respeitada na sociedade. Essa lei é um sinal de respeito que não é cumprida.

Conforme a NBR 10152:2020:

Esta Norma fixa os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico em ambientes diversos.

Notas: a) As questões relativas a riscos de danos à saúde em decorrência do ruído são estudadas em normas específicas.

b) A aplicação desta Norma não exclui as recomendações básicas referentes às demais condições de conforto. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020, p. 01).

O amparo dos indivíduos por meio de normas, legislações e jurisprudências, são evidenciados por políticas governamentais e institucionais. Diante disto, surge como forma de garantir a democracia e o direito de todos principalmente das pessoas com deficiência para que sejam respeitados, foi à criação da Lei Nº 10.098 (BRASIL, 2000), com vista à garantia e efetivação desses direitos por parte desse público que tem crescido. De acordo com Brasil (2000, não paginado):

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Entretanto, essa luta não finaliza com essas leis e decretos, porém avança de certa forma. Mesmo com a legislação, muitos direitos são ignoradas ou desconhecidas, devemos trabalhar pela execução desses direitos. Pois, ressalta-se que não basta apenas a lei no papel. Mas, a necessidade de ser implementada, bloqueando qualquer tipo de preconceito e exclusão no que tange as pessoas deficiências.

Dessa forma, o conhecimento das leis descortina um mundo de reflexões que levam a busca de transformações porque a informação é fundamental para vencermos as barreiras que impedem a inclusão. Diante do exposto, as universidades buscam proporcionar possibilidades de acesso e de inclusão cumprindo as exigências previstas nas legislações vigentes promovendo a acessibilidade em seus ambientes e especificamente na biblioteca universitária.

3 ACESSIBILIDADE E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Entende-se que a biblioteca universitária é vinculada a uma instituição pelo qual tem seu foco voltado para esfera do ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a mesma visa atender toda comunidade acadêmica, em uma perspectiva social estender os seus produtos e serviços a toda a comunidade acadêmica e seu entorno. Diante disso, no decorrer do tempo e a partir de várias atitudes nota-se mudanças no que se refere a inclusão, para tanto é necessário que a biblioteca preocupe-se ainda mais em atender as necessidades dos seus usuários reais e potenciais. Dessa forma, Nunes e Carvalho (2016, p. 175) ressaltam esses espaços como instituições milenares que dão acesso ao conhecimento.

[...] foram definindo seu papel ao longo do tempo, estabelecendo seu espaço e oferecendo serviços ao público de maneira a encontrar-se como polo aglutinador de saberes, mas também como centro de profundas mudanças responsáveis por mantê-la viva e em atividade mesmo com todos os seus desafios [...].

Ao longo da sua trajetória, as bibliotecas universitárias, tem desempenhado um papel a favor do desenvolvimento científico, no sentido de organizar, recuperar e disseminar o conhecimento produzido para as instituições mantenedoras. Nesse contexto, podem influenciar mudanças sobretudo no que se refere a adaptar-se a diversos cenários para otimizarem seus serviços, aprimorando-se e principalmente estimulando a inclusão a acessibilidade, para assim garantir a permanência dos seus usuários e quebrando barreiras que os limitem.

Nesse contexto, conforme Diniz (2019), a biblioteca universitária como organismo dinâmico e inovador por natureza, deve sempre refletir e desafia-se em conhecer como está a atuação no que tange a perspectiva da acessibilidade principalmente, quanto a **Acessibilidade Atitudinal**, visto que ela é a base para todos os tipos de acessibilidade, no que se refere à percepção do outro, ou seja, colocar-se no lugar do outro de forma reflexiva, e trabalhar com pessoas das mais diversas necessidades.

Valentim (2014) reforça que através da acessibilidade atitudinal se transforma o ambiente da organização físico-espacial, da administração, do atendimento as pessoas, das atividades humanas e pouco a pouco se diminuem a exclusão. Para além, do profissional, em suas técnicas e competências, entende-se que a acessibilidade nas bibliotecas universitárias, perpassa pelo lado humanístico para eliminar barreiras que impeçam o uso da biblioteca de ser um espaço livre e independente para os usuários.

Assim, Martins (2001, p. 332) destaca que:

[...] o bibliotecário se transformou, por consequência, nessas últimas décadas, em técnico puro com todos os inconvenientes e todas as virtudes dessa condição. [...] entre

os defeitos, impossível não reconhecer a superestimação dos conhecimentos estritamente técnicos em prejuízo de uma cultura humanística mais vasta [...].

Diante desse contexto a busca da transformação das condições existentes mediante políticas públicas inclusivas. Assim como cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (SASSAKI, 2003).

Dentro desta perspectiva uma biblioteca universitária inclusiva parte do pressuposto do modelo social que considera a exclusão de pessoas, como uma consequência das barreiras ambientais, sociais e atitudinais que impedem de maximizar seu inerente potencial (BAMPI, 2010; CHAPUTULA; MAPULANG, 2016). Desta forma, este tipo de biblioteca deve priorizar: não só um ambiente físico adequado, mas a integração bibliotecário-usuário, e a interação usuário-usuário com e sem deficiência (AHMAD, 2015; CHAPUTULA; MAPULANGA, 2016). Assim, elencamos os tipos de barreiras descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Barreiras a pessoa com deficiência

BARREIRAS	BARREIRAS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Barreira Urbanística	Aquela existente em vias, bem como nos espaços privados e públicos ou do uso coletivo.
Barreira Arquitetônica	Aquela existente em edifícios privados ou públicos.
Barreira no transporte	Aquela existente nos sistemas e meios de transportes.
Barreira na comunicação e na informação	Aquela existente na dificuldade de expressão ou impossibilidade no recebimento de mensagens e ou informações, por intermédio da comunicação ou tecnologia da informação.
Barreira Atitudinal	Aquela existente em atitudes que impeçam ou impossibilitem a participação social com as demais pessoas.
Barreira tecnológica	Aquela existente na dificuldade ou no impedimento ao uso da tecnologia.

Fonte: Diniz (2019)

Entende-se as políticas de acessibilidade na universidade quando percorremos os caminhos da (in) acessibilidade já conhecidos pelas pessoas com deficiência e encontra-se as barreiras e limitações arquitetônicas que dificultam a locomoção aos locais mais simples e essenciais como banheiros, lanchonetes, salas de aulas, bibliotecas e até bebedouros. Pensar na educação inclusiva na universidade é fornecer e propiciar autonomia para esses usuários em todos os espaços e eliminar barreiras no acesso à informação.

A Agenda 2030 realça que a acessibilidade e inclusão constituem num processo ousado que estão associados ao desenvolvimento tecnológico, mas, principalmente, devem ser vistos como reflexos do desenvolvimento da sociedade em prol da diversidade e da diferença (ONU, 2016). Assim, a universidade e a biblioteca apresentam importante papel devendo proporcionar

para os estudantes com deficiência o direito de ter acesso e permanência no ensino superior, garantindo aos mesmos participar da produção e disseminação do conhecimento, de forma ativa e com qualidade, em todos os demais setores da sociedade (DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2017).

Diante disso, a interação usuário com deficiência gera inclusão e acessibilidade nos ambientes das bibliotecas universitárias, levando em consideração as pressões e modificações pelas quais passa a sociedade e exigem do profissional um protagonismo para atuar em situações diferenciadas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia aplicada na realização deste estudo. Neste contexto, Pocinho (2012) afirma que a pesquisa envolve a abertura de novas fronteiras e objetiva a produção de conhecimentos, onde o problema consiste no ponto de partida da pesquisa. Esta nasce de uma inquietação, necessidade de busca de respostas, desejo de encontrar respostas aos problemas investigados.

Para tanto, são necessários métodos e técnicas que ligam-se e enquadram-se com a teoria, bem como o estabelecimento de um plano de investigação que desenhe o percurso geral da pesquisa, incluindo os procedimentos técnicos de coleta de informações sobre o objeto de estudo, pormenorizando sua realidade social marcada pela ação humana (PARDAL; LOPES, 2011; POCINHO, 2012).

Dessa forma, a pesquisa dividiu-se em dois momentos: onde o primeiro momento iniciou-se com a pesquisa bibliográfica para enriquecer o conhecimento do pesquisador sobre o tema. Foi feito levantamento bibliográfico em artigos de periódicos, livros, dissertações, teses e monografias, consultadas no: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

No segundo momento, foi desenvolvida uma pesquisa de campo na BC/ UFMA, onde pensou-se, a priori, em investigar o estudante com deficiência, no entanto, iniciou-se o período da pandemia do Covid-19 e percebeu-se a reclusão dos estudantes em virtude do momento inesperado. Diante da situação, decidimos investigar os bibliotecários da BC/ UFMA e assim fazê-los expor sobre a real situação da (in) acessibilidade desenvolvida pela biblioteca em evidência. Para a realização da pesquisa de campo, primeiramente enviamos uma Carta de Apresentação do projeto de pesquisa (Apêndice A) e um Termo de Consentimento (Apêndice B) para a diretoria da BC/ UFMA.

A posteriori, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário (Apêndice C), contendo as seguintes dimensões: (i) identificação do respondente; (ii) caracterização da BC/UFMA; e (iii) identificação e caracterização da acessibilidade atitudinal dos bibliotecários da BC/UFMA.

Os sujeitos deste estudo consistem em: 9 (nove) bibliotecários da Diretoria Integrada de Bibliotecas da UFMA, mais precisamente os bibliotecários da BC. Dessa forma, Minayo (1995, p. 23) é enfática ao tratar do assunto dizendo que esta atividade é: “uma atitude e uma prática

teórica de constante busca, que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade, que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.”

Para a coleta dos dados disponibilizamos o roteiro do questionário no *Google Forms* e enviamos para os *emails* dos bibliotecários. Ressaltando que esta plataforma forneceu a estatística e análise dos dados.

4.1 Lócus da Pesquisa: BC/UFMA

O universo da investigação é o Campus Dom Delgado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A delimitação do *lócus* é a Biblioteca Central (BC) da UFMA. A Universidade foi fundada em 1953 por intermédio da Faculdade de Filosofia de São Luís. Mais tarde, em 18/01/1958, vinculada à Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), sob o Decreto n.º 50.832 tornou-se Universidade do Maranhão, e em 21/10/1966, assegurada pela Lei n.º 5.928, de 29/10/1973, sob ordem do Governo Federal, tornou-se Fundação Universidade do Maranhão (FUM). E só em 14 de novembro de 1972 que recebeu a nomenclatura de “Universidade Federal do Maranhão”, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, que na oportunidade foi inaugurado o primeiro Campus da Universidade, o Campus Bacanga (atual Campus Dom Delgado), e atualmente conta com mais 8 campus. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2018).

A filosofia pedagógica da UFMA se dá por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão. O comprometimento com a produção do conhecimento faz da UFMA um ícone em programa de Iniciação Científica como PIBIC e Programa de Educação Tutorial, entre outros. No que refere as práticas de extensão, percebe-se que a Universidade é ativa nesse aspecto, uma vez que seus programas extencionistas devolve a sociedade todo o investimento aplicado na sua infraestrutura e funcionamento. Dentre diversos aparatos que a UFMA dispõe para subsidiar as atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão, destaca-se as Biblioteca Centrais e Setoriais.

O campus Dom Delgado fica localizado na Avenida dos Portugueses, número 1966, Bacanga, sob o CEP 65080-805, em São Luís – MA, e é composto por sete pró- reitorias, quatro unidades acadêmicas e quatro núcleos, pelos quais destaca-se a Diretoria Integrada de Bibliotecas. (DIB).

A Diretoria Integrada de Bibliotecas é formado pela BC, no Campus Dom Delgado, em São Luís, além de dezessete bibliotecas setoriais contidas nos campus de São Luís, Bacabal, Balsas, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro e São Bernardo (UFMA, 2018).

O histórico da BC é marcado por inúmeras mudanças físicas. Primeiramente ela foi instalada no Centro de São Luís, na Rua 13 de maio e na São João, entre o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e a faculdade de Farmácia e Odontologia, e após dois anos mudou-se para um prédio novo na Rua dos Afogados. A unidade, na época, era comprometida em realizar o processamento técnico e gerir aquisição, seleção e uso dos títulos (UFMA, 2018).

Até então a Biblioteca Central não mantinha vínculos com outras bibliotecas setoriais como a de Artes, Filosofia e Letras, Direito, Economia, Serviço Social, Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem, e foi a parti da década de 1970 que tais bibliotecas se aliançaram para a efetiva coordenação da BC. (UFMA, 2018).

As mudanças estruturais não pararam por aí, dez anos mais tarde, na década de 1980, a BC foi transferida para o Campus do Bacanga, no prédio denominado CEB Velho, atual localização. Fato que fortaleceu ainda mais a rede estabelecida entre a BC e as bibliotecas setoriais, uma vez que os acervos foram incorporados a matriz. (UFMA, 2018).

No ano de 1993 ocorreram dois eventos que colocaram a biblioteca em melhores patamares de qualidade, primeiro foi aderência ao acervo dos cursos de pós-graduação.

[...] com os investimentos realizados na criação de programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, houve uma nova fase de expansão. Em 1993 foi criada a Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Ciências Sociais, voltada, principalmente, para os cursos de Mestrado em Educação e Políticas Públicas. (UFMA, 2018, grifo do autor).

O segundo marco no ano de 1993 foi a reativação do Sistema Automatizado da Biblioteca Central (SAB), evento que possibilitou o uso dos serviços online ofertado pela biblioteca, como o acesso ao catálogo dos acervos, rompendo assim a barreira espaço-tempo (UFMA, 2018). Atualmente, a Biblioteca Central oferece serviços de circulação de materiais informacionais, como empréstimo, devolução, renovação, consulta ao acervo, reserva, declaração de quitação. Além disso, ela realiza orientação à normalização de trabalhos acadêmicos, levantamento bibliográfico, elaboração de ficha catalográfica para livros, geração de ficha catalográfica on-line, serviço de comutação bibliográfica (COMUT), treinamento de usuários no uso de fontes eletrônicas, bases de dados e portal da capes, entre outros (UFMA, 2018).

A BC é constituída pela Diretoria, Comissão Consultiva, Secretaria, Serviço de Processos Técnicos, Serviços de Informações Bibliográficas, Serviço de Materiais Especiais e Serviço de Apoio e Serviço de Controle e Formação do Acervo (UFMA, 2018). Estes setores trabalham vinculados para atender um quantitativo de 46 cursos de graduação presencial e 3 à distância. Juntando as duas modalidades de ensino, semestralmente a UFMA Campus

Universitário Dom Delgado oferta 1962 vagas para curso de graduação, dessas, 75 vagas são destinadas a pessoas com deficiência, ou seja, 3,8% das vagas.

Dessa forma, a BC tem que se adaptar com a demanda dos alunos com necessidades especiais, para alcançar um caráter inclusivo, juntamente com o apoio do Diretoria de Acessibilidade (DACES), e com o subsídio de políticas públicas voltadas para a acessibilidade.

5 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL DOS BIBLIOTECÁRIOS DA BC/UFMA:

apresentação dos resultados

Nesta seção é feita a apresentação e discussão dos resultados que constituem em um conjunto de dados, nos quais incluem-se as respostas dadas ao questionário aplicado (Apêndice C) aos bibliotecários da BC/UFMA. Diante disso, organizou-se as perguntas em torno dos seguintes itens: Formação, entendimento e atuação dos bibliotecários da BC; a educação continuada e a capacitação para atender estudantes com deficiência; e por fim as ações e experiências sobre a Acessibilidade Atitudinal na BC/UFMA.

5.1 Formação, entendimento e atuação dos Bibliotecários da BC.

Esta subseção destina-se à caracterização dos perfis dos bibliotecários da BC/UFMA - com base no questionário (Apêndices C). Os questionários foram enviados a 13 (treze) bibliotecários, porém obteve-se apenas 9 (nove) respostas válidas. Aqui serão apresentados os dados gerais de identificação do perfil dos bibliotecários, como: idade, gênero, nível acadêmico, tempo de serviço e setor de sua lotação oficial na Biblioteca.

Quanto à faixa etária, gênero, nível acadêmico e tempo de serviço os índices mais altos correspondem a: 4/9 “34 a 41 anos”, 3/9 “42 a 49 anos” e 2/9 “+ de 50 anos”, 8/9 “Feminino”, 4/9 “Especialização”, 3/9 “Mestrado” e 2/9 “Doutorado”, 3/9 “6 a 10 anos” e 3/9 “11 a 15 anos” (Tabela 1).

Os dados demonstram que os sujeitos investigados correspondem a um conjunto de bibliotecários experientes e com sólidos conhecimentos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, visto que todos investem na sua educação continuada. Para Prosdócimo e Ohira (2005) a educação continuada consiste em um dos caminhos favoráveis para a atualização do profissional perante as inovações surgidas no mercado de trabalho do bibliotecário. Assim, urge a necessidade de investimentos do profissional em áreas emergentes, como: novas tecnologias, perfis de usuários, dentre outros. (SOARES, 2016).

Em relação ao gênero, houve uma forte incidência da participação feminina, fato que tem forte ligação com a história dos primeiros cursos de Biblioteconomia no Brasil. Assim, complementa Ferreira (2010, p.161) “[...] os estudos acerca da condição feminina e das relações de gênero têm crescido e evoluído, à medida que estas questões tornam-se mais presente nas discussões e pesquisas no âmbito das instituições de ensino superior [...]”.

De acordo com Ferreira (2002), no caso da Biblioteconomia, a historicidade do curso retrata a problemática dos estereótipos sobre a profissão de Bibliotecário e Bibliotecária. Dessa forma, entende-se melhor o cenário predominante das mulheres e pouquíssimos homens no curso, porém nas últimas décadas têm aumentando o número de Bibliotecários como grandes técnicos e competentes profissionais, deixando mais legítimo a busca de igualdade de gênero em todas as especificidades que uma biblioteca pode oferecer.

Para tanto, ao discutir sobre gênero entende-se que a mulher enquanto profissional, empenhou-se a superar o seu papel de apenas cuidadora do lar para aprimorar o seu lado profissional nas mais variadas áreas, incluindo a Biblioteconomia. No entanto, Bottentuit e Castro (2000) abordam que existem profissões como pedagogia, enfermagem, nutrição, serviços sociais que são fortemente marcadas pela presença de mulheres.

Quadro 4 - Idade, gênero e nível acadêmico e tempo de serviço dos respondentes

Idade – ano	N	Gênero	N	Nível Acadêmico	N	Tempo de Serviço	N
18 a 25	-	Mas.	1	Graduação	-	1 a 5	1
26 a 33	-	Fem.	8	Especialização	4	6 a 10	3
34 a 41	4	Total	9	Mestrado	3	11 a 15	3
42 a 49	3			Doutorado	2	16 a 20	1
+ de 50	2			Pós-Doutorado	-	Acima de 21	1
Total	9			Total	9	Total	9

Fonte: A autora.

Como se constata no Quadro 4, quando questionados se possuem além da formação de bibliotecário, outra que o habilite ou lhe dê noção de como lidar com usuário com deficiência, os respondentes informaram que: 5/9 “Sim”, 3/9 “Não” e 1/9 “Sem Resposta”. Ao comentarem suas respostas, os que afirmaram “Sim”, especificaram que 3/9 possuem “Cursos de LIBRAS”, 1/9 tem “Graduação em Psicologia” e 1/9 tem “Curso de Extensão direcionado para inclusão”.

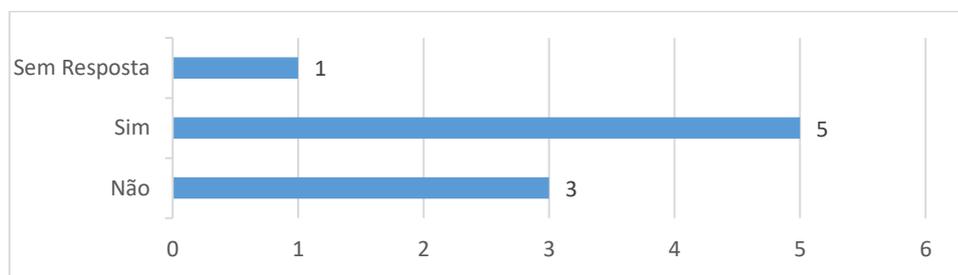
Diante do exposto, verificamos que há falta de qualificação e educação continuada do bibliotecário em relação acessibilidade e inclusão. Madruga (2008) aborda que o problema vem desde a formação básica do bibliotecário, ou seja, falta a Inclusão nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia/Ciência da Informação.

Esses dados nos reportam aos estudos de Nobrega e Bahia (2018) e Diniz (2019). Nobrega e Bahia (2018, p. 1) desenvolveram uma pesquisa de Mestrado que analisou a presença da temática da inclusão no currículo mínimo dos cursos de graduação em Biblioteconomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileira.

Nesta foram analisados as ementas das disciplinas dos 24 cursos de Biblioteconomia, onde constatou-se a existência de poucas disciplinas específicas sobre essa temática, apresentando, “apenas 10% como disciplinas obrigatórias e 90% como optativas, ressaltando-se que, relacionada às optativas, a mais recorrente é a de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)”. Apesar do país ter um conjunto normativo legal “que garante o direito à educação igualitária para todas as pessoas, mas nem todos os profissionais que atuam no mercado de trabalho tiveram a sua formação orientada ao atendimento dessas ‘novas’ demandas.”

Já Diniz (2019, p. 1-2) desenvolveu um “[...] estudo a respeito da formação do bibliotecário para o trato com a pessoa com deficiência, especificamente aquele usuário surdo e com deficiência auditiva.” Assim, analisou “a situação do currículo pedagógico vigente no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)”. Mapeou as disciplinas do currículo pedagógico, analisando suas ementas quanto a sua abordagem no contexto da inclusão e acessibilidade. Os resultados apontam a necessidade de disciplinas que favoreçam que os bibliotecários pensem e executem a criação de produtos/serviços direcionados para este grupo de usuários, dentre outros.”

Gráfico 1 - Outra formação ou habilitação para lidar com usuário com deficiência



Fonte: A autora.

Obteve-se 9/9 respostas nas quais destaca-se o possível entendimento individual dos bibliotecários quanto a inclusão social de usuário com deficiência na biblioteca. Ao analisar cada resposta livre, as mesmas evidenciam que os respondentes têm conhecimento sobre a temática: 4/9 “Acessibilidade atitudinal”, 2/9 “Acessibilidade arquitetônica”, 2/9 “Acessibilidade informacional” e 1/9 “Acessibilidade instrumental”, conforme Tabela 2.

Observa-se nas respostas, uma tendência de maior entendimento sobre acessibilidade atitudinal. Fato muito interessante que evidencia o anseio dos respondentes em proporcionar oportunidades de ofertarem serviços de forma igualitária, priorizando práticas de acessibilidade atitudinal. (CARVALHO; ALMEIDA, 2015; DINIZ; ALMEIDA; FURTADO, 2019).

No estudo de Souza (2004, p. 12), esta propõe “[...] uma metodologia para estruturar serviços informacionais aos usuários com deficiência visual em bibliotecas universitárias de Instituições de Ensino Superior (IES)”. Onde a autora relata, dentre outras informações, o fato dos bibliotecários sujeitos investigados entenderem bem o que é inclusão social de estudantes com deficiência em bibliotecas. Fator fundamental para estimular as boas práticas inclusivas dos bibliotecários.

Tabela 1 - Entendimento sobre inclusão social e estudantes com deficiência

4/9	“Acessibilidade atitudinal”
2/9	“Acessibilidade arquitetônica”
2/9	“Acessibilidade informacional”
1/9	“Acessibilidade instrumental”.

Fonte: A autora.

Em continuidade, 7/9 dos respondentes informaram que nunca participaram de projetos de inclusão social e 2/9 afirmaram que “Sim”. Estes últimos informaram que os projetos foram: o “Serviço leitor”, e o outro destaque é para o “Serviço de Tecnologia Assistiva”, ambos desenvolvidos pela Diretoria Integrada das Bibliotecas. (Tabela 3).

Estes dados convergem com o estudo de Silveira (2001), quando este analisou as ações das bibliotecas universitárias para prover recursos informacionais que favoreçam à comunicação com as pessoas com deficiência nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estudo que destacou a falta de participação dos bibliotecários em projetos de inclusão social; além do “[...] descaso para com os deficientes, prevalecendo barreiras arquitetônicas, inacessibilidade à informação disponibilizada, inexistência de tecnologias alternativas [...]”. (SILVEIRA, 2001, p. 246). Dessa forma, a pesquisa mostra uma prática reveladora, a maioria dos entrevistados não participam de projetos de inclusão voltados para estudantes com deficiência, visto que, são várias as especificidades e níveis de deficiência, com demandas para alcançar e assim, oferecer serviços igualitários para todos os usuários da BC.

Tabela 2 - Participação em projeto de inclusão social de estudantes com deficiência.

Participação em projetos		Especificação do tipo de projeto
7/9	“Não”	
2/9	“Sim”	“Serviço de Tecnologia Assistiva” “Serviço leitor”

Fonte: A autora.

A maioria (8/9) dos respondentes afirmou que no balcão de atendimento do Serviço de Referência e Informação, os estudantes com deficiência recebem atendimento prioritário, respeitando a opção dos mesmos. Em contrapartida, apenas 1/9 afirmou o contrário. No

entanto, quando solicitados para tecerem comentários sobre suas respostas, foram evidenciados que: apesar da prioridade, o atendimento precisa ser ainda mais acessível, favorecendo a autoadvocacia desses estudantes, para que os mesmos possam ser os gestores de suas ações durante suas pesquisas e buscas na biblioteca.

Silveira (2001) comunga com esses dados quando a mesma evidencia em uma pesquisa que o serviço de referência de algumas bibliotecas universitárias buscam oferecer capacitação e treinamento para os bibliotecários de referência, tendo em vista melhorar o atendimento aos usuários com deficiência.

5.2 A educação continuada dos Bibliotecários e a capacitação para atender estudantes com deficiência.

A subseção a seguir trata das respostas sobre educação e capacitação dos bibliotecários. É relevante destacar que 7/9 dos respondentes afirmaram que se preocupam em investir no conhecimento e conscientização quanto questões relacionadas a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, participando de cursos e treinamentos ofertados dentro da própria Universidade, porém não são ofertados pela biblioteca. E quanto incentivados a comentarem suas respostas especificando os cursos e treinamentos, coube destaque para o “Curso de LIBRAS”, “Treinamento ao Serviço Ledor”, “Acessibilidade e Inclusão em bibliotecas”, “Atendimento educacional especializado”, dentre outros, conforme detalha a Tabela 4.

Conforme verificamos, muitos bibliotecários da BC não participam de capacitações voltados para a inclusão do usuário com deficiência. Por outro lado a pesquisa em alguns autores (FERREIRA; CHAGAS, 2016; DINIZ, 2019; PINHEIRO, 2021), ressalta que na realidade brasileira quase não se encontra na literatura exemplos de bibliotecas universitárias que ofertam cursos, treinamentos, etc. sobre acessibilidade e inclusão de usuários com deficiência para seus bibliotecários.

Tabela 3 - Participação do bibliotecário em cursos, treinamentos, etc. sobre acessibilidade e inclusão de usuários com deficiência

Participação em cursos, treinamentos, etc.	Especificação do tipo de cursos, treinamentos, etc.
---	--

2/9	“Não”	
7/9	“Sim”	“Curso de LIBRAS” “Treinamento ao Serviço Ledor” “Acessibilidade e Inclusão em bibliotecas” “Atendimento educacional especializado” “Arquitetura acessível” “Softwares inclusivos” “Transcrição de Áudio” “Eventos e palestras”

Fonte: A autora.

5/9 dos respondentes consideram que a biblioteca não possui no seu quadro de pessoal algum bibliotecário capacitado para atender e desenvolver atividades orientadas para a acessibilidade e inclusão de estudantes com algum tipo de limitação ou necessidade educativa especial. (Tabela 5). Ao serem instigados a tecerem comentários sobre suas respostas, 1/9 dos respondentes destacou que:

“Temos uma bibliotecária com deficiência que em decorrência das suas limitações durante o seu fazer laboral está desenvolvendo uma pesquisa a nível de mestrado com vistas a aplicar na UFMA e por conseguinte na biblioteca.”

Ao procurarmos essa bibliotecária identificamos uma profissional muito comprometida com a causa, principalmente por ser uma pessoa com deficiência, que luta pela garantia dos direitos e conhece o cotidiano com limitações e barreiras. Diniz (2019), em sua pesquisa tece alguns comentários sobre a importância e qualidade de serviços e produtos informacionais em bibliotecas quando pensados e desenvolvidos por bibliotecários com deficiência. Um nicho de pesquisa que precisa ser explorado. Por outro lado questiona-se será se academia tem dado suporte suficiente ou os próprios profissionais tem assumido essa responsabilidade, pois a garantia da inclusão requer investimento na formação.

Tabela 4 - Bibliotecário capacitado para atender e desenvolver atividades orientadas para a acessibilidade

Bibliotecário capacitado	
5/9	“Não”
4/9	“Sim”
Principais comentários	

“O quantitativo ainda é muito pouco.”

“A nossa sociedade em geral ainda não incorporou que habilidades como LIBRAS, por exemplo deveria ser ensinado a todas as pessoas desde a pré-escola. Só para exemplificar. Não temos ninguém habilitado por exemplo para esse campo.”

“Temos uma profissional que decorrente de sua deficiência e limitações encontradas durante o seu fazer laboral está desenvolvendo uma pesquisa a nível de mestrado com vistas a aplicar na UFMA e por conseguinte na Biblioteca.”

“Acredito que apesar dos cursos realizados e de todo o esforço em dá acessibilidade aos nossos usuários e desenvolver um bom atendimento, há uma necessidade maior de aprimoramento para assim habilitar os Bibliotecários do Câmpus de Pinheiro a atender e desenvolver atividades orientadas para acessibilidade e inclusão dos estudantes.”

Fonte: A autora.

A maioria (6/9) dos respondentes afirma que o bibliotecário procura investir na sua capacitação sobre as diferentes necessidades que as pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas podem apresentar no acesso e uso da informação (Tabela 6). Porém, cruzando esses dados com os da Tabela 5, é notório que esses casos ainda precisam se multiplicarem muito mais, isto porque acessibilidade e inclusão não pode ser pensada um ou mais bibliotecários, mas sim por todos na biblioteca.

Tabela 5 - Bibliotecário investe na sua capacitação para atender pessoa com deficiência durante o seu acesso e uso da informação

Bibliotecário investe na sua capacitação para atender pessoa com deficiência durante o seu acesso e uso da informação	
3/9	“Não”
6/9	“Sim”

Fonte: A autora.

A maioria (7/9) dos respondentes afirma que o bibliotecário investe na sua capacitação quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem a acessibilidade da informação no contexto da biblioteca. (Tabela 7). Cruzando com os dados das tabelas 5, acreditamos que estes dados se contradizem, uma vez que já constatamos que a biblioteca não possui no seu quadro de pessoal algum bibliotecário capacitado para atender e desenvolver atividades orientadas para a acessibilidade e inclusão de estudantes com algum tipo de limitação ou necessidade educativa especial. (Tabela 5).

Tabela 6 - Bibliotecário investe na sua capacitação quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e das Tecnologias Assistivas (TAs)

Bibliotecário investe na sua capacitação quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e das Tecnologias Assistivas (TAs)	
2/9	“Não”
7/9	“Sim”

Fonte: A autora.

7/9 dos respondentes afirmam que a equipe da biblioteca não dispõe de pelo menos um funcionário articulador orofacial a fim de permitir a leitura labial de surdos oralizados. (Tabela 8). Dados comprovam, visto os resultados das tabelas anteriores, na verdade, fomos buscar maiores informações sobre esses bibliotecários habilitados como articulador orofacial e não encontramos. Mas, em alguns comentários dos respondentes observou-se que esses profissionais não seriam da biblioteca, sim da Diretoria de Acessibilidade (DACES).

Tabela 7 - Biblioteca dispõe de funcionário articulador orofacial

Biblioteca dispõe de funcionário articulador orofacial	
7/9	“Não”
2/9	“Sim”

Fonte: A autora.

5.3 Ações e experiências sobre a Acessibilidade Atitudinal na BC/UFMA

Trata sobre a acessibilidade atitudinal dos bibliotecários, visto que 9/9 dos respondentes afirmaram que a equipe da biblioteca não dispõe de pelo menos um funcionário (que não seja bibliotecário) tradutor de Língua Brasileira de Sinais (Tabela 8). Conforme uma pesquisa desenvolvida por Diniz (2019), existe uma carência de bibliotecário que domine a arte da LIBRAS, isto é decorrente da ausência de disciplinas curriculares nos cursos de formação superior em Biblioteconomia e na falta de educação continuada deste profissional sobre este outro idioma.

Tabela 8 - Biblioteca dispõe de um tradutor de Língua Brasileira de Sinais

Biblioteca dispõe de um tradutor de Língua Brasileira de Sinais	
9/9	“Não”
0/9	“Sim”

Fonte: A autora.

6/9 dos respondentes consideram os recursos disponíveis na biblioteca não são propícios para a satisfação dos usuários com deficiência (Tabela 9). Esta constatação veio reforçar os motivos pelos quais existe pouca participação desses estudantes no espaço da biblioteca universitária. Na verdade, a pessoa com deficiência não se sente pertencente aos espaços públicos por conta da falta de acessibilidade e mesmo quando certos espaços, como a biblioteca apresentam alguns serviços inclusivos essa pessoa. Verificamos isso na prática quando convivemos com os estudantes com deficiência em nossa sala de aula.

Tabela 9 - Recursos disponíveis na Biblioteca satisfazem os usuários com deficiência

Recursos disponíveis na Biblioteca satisfazem os usuários com deficiência	
6/9	“Não”
3/9	“Sim”

Fonte: A autora.

6/9 dos respondentes não consideram que a BC/UFMA seja acessível ou adaptada para atender às necessidades especiais dos usuários com deficiência (Tabela 10). Ressaltando que um dos respondentes ao comentar sua resposta destacou que:

“Acredito que, apesar do esforço em dá acessibilidade no espaço da Biblioteca, é necessário mais acessibilidade e, por sua vez, mais adaptação para atender os usuários com deficiência.”

Para Luzo, et al. (2018), a biblioteca é adaptável e de fato não é uma biblioteca acessível na UFMA, visto que a BC não possui prédio próprio, onde se encontra localizada o acesso enfrenta muitos problemas referentes a acessibilidade, tais como:

- a) rampas/degraus/escadas - Percebe-se que existe a possibilidade de rampas e escadas, no entanto, confere-se que as rampas, em todo seu comprimento, possuem piso tátil que levarão até a entrada do prédio, que se caracteriza em relação a textura do piso adjacente e possuem também corrimãos. Porém, não possuem cor contrastante com o piso, pois sua pintura já está antiga, e em relação as suas medidas é possível observar desnível e inclinação. Desta maneira identifica-se obstáculos para pessoas com deficiência na sua locomoção e a necessidade da ajuda de outrem, conforme Figura 1;
- b) portas externas e internas - Mediante a observação percebe-se que a porta que acessa às dependências da biblioteca possui uma altura 2,10 m e largura de 0,90 m, portando duas folhas de vidro com largura de 45 cm cada. Segundo a norma é inacessível para um cadeirante, uma vez que a mesma destaca que “[...] Em

portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m.” (ABNT, 2004, p.51). Outro ponto a ser destacado é que as maçanetas não são do tipo alavanca, conforme recomenda a norma, de modo que exige força superior a 30N. Além disso, a porta não possui dispositivos de segurança de ingresso que não seja acessível. Enquanto a porta interna, por sua vez, atende parcialmente a norma. Os pontos favoráveis referem-se à entrada que possui sinalização de cadeirante e dispõe de um vão livre de 0,90 m. Contudo, o cadeirante é submetido ao um pequeno esforço ao adentrá-la, e assim exige habilidades para abri-la, conforme Figura 2.

Os pontos favoráveis referem-se à entrada que possui sinalização de cadeirante e dispõe de um vão livre de 0,90 m. Contudo, o cadeirante é submetido ao um pequeno esforço ao adentrá-la, e assim exige habilidades para abri-la

Tabela 10 - Biblioteca acessível ou adaptada para atender às necessidades especiais dos usuários com deficiência

Biblioteca acessível ou adaptada para atender às necessidades especiais dos usuários com deficiência	
4/9	“Não”
5/9	“Sim”

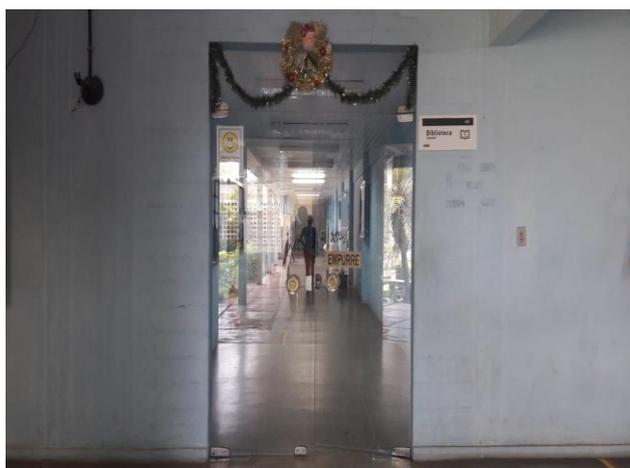
Fonte: A autora.

Figura 1 - Entrada da Biblioteca Central (escadas e rampas)



Fonte: Luzo, et al. (2018)

Figura 2 - Porta de Entrada da Biblioteca Central



Fonte: Luzo, et al. (2018)

Com efeito, 6/9 dos respondentes afirmaram que a biblioteca não mantém um controle de registro sobre os estudantes com deficiência que frequentam seus espaços, muito menos identificando suas limitações e necessidades no acesso e uso da informação (Tabela 11). Porém, alguns respondentes deixaram claro em suas falas que:

“No atendimento antes da pandemia, possuíamos uma lista atualizada a cada semestre enviada pelo núcleo de acessibilidade. Através dessa lista fazíamos o controle para as duas salas especiais para esses usuários.”

“Não há um registro de frequência, porém temos a planilha de estudantes com necessidades especiais que frequentam a biblioteca, na qual temos a ciência de suas limitações e necessidades.”

Tabela 11 - Biblioteca controla o registro de seus usuários com deficiência

Biblioteca controla o registro de seus usuários com deficiência	
6/9	“Não”
3/9	“Sim”

Fonte: A autora.

Lembrando que Diniz (2019, p. 231) em sua tese de doutorado, justifica este fato afirmando que: “Isso ocorre porque as bibliotecas não têm a cultura de identificar se seus usuários têm ou não deficiência durante o seu cadastro na biblioteca. Neste momento deveria ser inserido alguma informação que identificasse se o usuário possui algum tipo de deficiência.”

Tabela 12 - Bibliotecário versus prática de Acessibilidade Atitudinal na BC/UFMA

Bibliotecário versus prática de Acessibilidade Atitudinal na BC/UFMA	
2/9	“Não”
7/9	“Sim”

Fonte: A autora.

Com efeito, 7/9 dos respondentes afirmaram que na sua percepção se consideram um bibliotecário que pratica Acessibilidade Atitudinal na BC/UFMA (Tabela 12). Porém, é relevante destacar que os dados das tabelas 6, 7, 8 e 9, nos deixa a duvidar de tal narrativa, visto que como verificou-se neste estudo a BC/UFMA não investe em projetos e consequentemente na conscientização da sua equipe de trabalho sobre as questões humanas e legais da inclusão de estudantes com deficiência através do acesso e uso da informação.

6 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, percebeu-se que a BC/UFMA preocupa-se em servir e assegurar aos estudantes com deficiência apoio no percurso e na conclusão dos cursos na educação superior, da mesma forma os bibliotecários buscam mais conhecimentos sobre inclusão e acessibilidade. No entanto, entende-se as limitações deste profissional relacionada a falta de tempo e recursos financeiros para assim os habilitar a atender as necessidades dos usuários com deficiência.

É de notar os esforços em adaptar a biblioteca para um melhor atendimento, visto que a mesma é antiga e será substituída por outro prédio com mais acessibilidade. Diante disso, entende-se o quanto é fundamental a acessibilidade atitudinal dos bibliotecários neste cenário.

É relevante lembrar que foi possível alcançar os objetivos da pesquisa em relação a investigar a acessibilidade atitudinal dos bibliotecários e a compreensão sobre: caracterizar o entendimento e envolvimento em projetos ou ações relacionadas a acessibilidade desenvolvido na IES e na Biblioteca; identificar os indícios da (in) acessibilidade atitudinal dos bibliotecários; e detectar os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca para os usuários com deficiência.

Diante do exposto, notou-se a participação dos bibliotecários em alguns cursos e treinamentos como: transcrição de áudio, arquitetura acessível, atendimento educacional especializado, acessibilidade e inclusão de bibliotecas e capacitações, desenvolvidos dentro e fora da instituição. Destaca-se também a preocupação dos bibliotecários em aprender LIBRAS. Porém, percebe-se que esses bibliotecários possuem educação continuada, quase todos tem mestrado e alguns doutorado mas não na área da inclusão e acessibilidade.

No que tange aos indícios de inclusão e a acessibilidade dos usuários, observa-se o pouco envolvimento dos bibliotecários de fato em projetos e ações. Cabe destacar que a maioria dos respondentes possuem pós graduação, porém em outras áreas.

Finaliza-se destacando a necessidade de novos estudos que contemplem não apenas a acessibilidade atitudinal, mas as demais dimensões de acessibilidade descritas por Sasaki. Por fim, o bibliotecário entende que a acessibilidade na biblioteca universitária vai além do profissionalismo, perpassa pelo lado humanístico para eliminar barreiras que impeçam o uso da biblioteca de ser um espaço livre e independente para os usuários com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S.; LUCAS, E. R. O. L.; NASCIMENTO, M. de J. Acessibilidade para usuários da informação com deficiência: um estudo de artigos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Biblionline**, v. 11, n. 1, p. 1–20. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/24550/14649>. Acesso em: 27 dez. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10152**: Acústica - Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599**: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9077**: Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Rio de Janeiro, 2015. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2004. p. 8-51.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce e ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem do tema deficiência. **Rev. Latino-Americano de Enfermagem**, 2010, v.18, n.4, não paginado. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692010000400022&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 nov. 2019.

BARBOSA, M. M. A inclusão e a diversidade no ensino superior. **Revista Educação & Mudança**, v. 10, n. 9, p. 2-16, 2002.

BOTTENTUIT, Aldinar; CASTRO, César. **Movimento fundador da Biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000.

BRASIL. **Lei Federal nº 10098, lei de acessibilidade, regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 02.12.2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 02 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. p. 577. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. **Leis nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000.** Regulamenta a Lei no 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3691&ano=2000&ato=b73cXWU1kMNpWT69a>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3956&ano=2001&ato=2ddc3aU90MNpWT27d>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.904, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipoDEC&numero=5626&ano=2005&ato=b61MTU65UMRpWTdae>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.039, de 07 de fevereiro de 2007. Aprova o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipoDEC&numero=6039&ano=2007&ato=842ITQE9ENRpWT13c>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 914, de 06 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=914&ano=1993&ato=827cXQE9ENFpWT4a5>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso em: 04 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 28 jul. 2020

BRASIL. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.708.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.133, de 27 de junho de 2005.** Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm. Acesso em: 11 jul. 2020

BRASIL. **Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.** Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111180.htm. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11692&ano=2008&ato=937EzY61UNRpWT304>. Acesso em: 05 jul. 2020

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 01 de abril de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12319&ano=2010&ato=54cETVq1keVpWT416>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras

providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12 608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12 622, de 08 de maio de 2012. Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12622.htm. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 13. 146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.169, de 04 de dezembro de 1962. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Brasília, DF: Presidência da República, [1962]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4169.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1982]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7070.htm. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1985]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7405&ano=1985&ato=e40g3Y65keBpWT86a>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1989]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 01 ago. 2020

BRASIL. **Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8160&ano=1991&ato=db6c3Y65UMFpWTead>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.** Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF: Presidência da República, [1994]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. L. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. Portaria normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, Edição: 170, Seção 1, pag. 40-43, 2017.

BRASIL. Resolução nº 02, de 24 de fevereiro de 1981. Autoriza a concessão de dilatação de prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos portadores de deficiência física, afecções congênicas ou adquiridas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, p. 1, 1981. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

DINIZ, I. C. dos S. **Bibliotecas universitárias inclusivas brasileiras e portuguesas:** ações e estratégias. 2019. Tese (Doutorado em Multimídia em Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2019.

DINIZ, I. C. dos S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. OS desafios e as barreiras das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas no processo de inclusão e acessibilidade. **Revista A & B,** Porto, nº especial, 53-74, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/2656/2444>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CANEN, A; OLIVEIRA, A.M.A. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação,** n. 21. set./dez. 2002.

CARVALHO, Lucio; ALMEIDA, Patrícia. Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência: da exclusão à inclusão. Da proteção à promoção. **Revista Internacional de Direito e**

Cidadania, n.12, fevereiro 2012 Disponível em: <http://reid.org.br/?CONT=00000293> Acesso em: 10 dez. 2014.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça, **Sur. Rev. int. direitos humano**, São Paulo, v. 6, n. 11, dez. 2009.

DINIZ, I. C. dos S. **Bibliotecas universitárias inclusivas brasileiras e portuguesas: ações e estratégias**. 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Multimídia em Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2019.

DINIZ, I. C. dos S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. OS desafios e as barreiras das bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas no processo de inclusão e acessibilidade. **Revista A & B**, Porto, nº especial, 53-74, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/2656/2444>. Acesso em: 24 jul. 2020.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida Pisco; FURTADO, Cássia Cordeiro. Bibliotecas universitárias inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades educativas especiais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, p.1-6, 17 out. 2017. Bianual. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1877/1878>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. O acesso às tecnologias de informação e de comunicação e a superação das limitações dos PNEEs com limitação visual incluindo-os em um ambiente de aprendizagem mediado por computador. *In*: CICLO DE PALESTRAS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 5., 2005, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: UFRS, 2005. Não paginado. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17280>. Acesso em: jul. 2019.

FERREIRA, Maria Mary. A/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. *In*: CASTRO, César Augusto (org). **Ciência da informação: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDUFAMA, 2002. p. 161-181. (FERREIRA, 2002 p. 173)

FERREIRA, Maria Mary. Profissões femininas e profissões masculinas: o que é ser bibliotecário em um universo de uma profissão feminina? *In*: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECÁRIOS E ARCHIVISTAS Y MUSEOLÓGOS, Perú. 2010. Disponível em: <http://ebam.gesbi.com.ar/reservorio10/ponencias2EBAM/2EBAM-E4-P2a.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FERREZ, Sofia Pérez. Acessibilidade Física. *In*: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉZ, Sofia Pérez. (org.) **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.153-168, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362012000100009>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **A ONU e o seu conceito revolucionário da pessoa com deficiência**. 2007. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smaccis/default.php?reg=4&p_secao=96. Acesso em: 22 mar. 2019

FONSECA, Cintia Ramos Cibele; GOMES, Gicele Farias; VANZ, Samile Andrea de Souza. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 17., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônico** [...]. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. p. 2795-2805. Disponível em: snbu2012.com.br/anais/pdf/4QJX.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

GOMES, Claudiana Almeida de Souza. **Direito à informação do surdo: usabilidade e acessibilidade nos espaços virtuais de bibliotecas universitárias federais brasileiras**. 2015. Dissertação de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística de educação superior 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basico-censo-escolar-sinopses-sinopses>. Acesso em: 11 jul.2020.

LUZO, I. *et al.* **Políticas de inclusão de acessibilidade para a promoção da competência em informação: um olhar para a biblioteca central da UFMA, São Luís**, p. 42, 2020.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MAIOR, I. **História, conceito e tipos de deficiência**. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MAIOR, I. de L. Quem são as pessoas com deficiência: novo conceito trazido pela convenção da ONU. **Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia da OAB-SP**, São Paulo, n. 20, p. 32-43, 2015.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ONU. **Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas**. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

PARDAL, Luís; LOPES, Eugênia Soares. **Métodos e técnicas de investigação social**. Lisboa: AREAL, 2011.

POCINHO, Margarida. **Metodologia de investigação e comunicação do conhecimento científico**. Lisboa: LIDEL, 2012.

PROSDÓCIMO, Zulma Pures Alves; OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Educação continuada do bibliotecário: revisão de literatura. **Revista ACB**, [s. l.], v.4 , n.4, p. 111-128, ago. 2005. INSS 1414-0594. Disponível em : <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/338>. Acesso em: marc. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. A questão da inclusão social na universidade brasileira. *In*: PEIXOTO, M. D. C. L. **Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 23-43.

SILVEIRA, J. G. da. Biblioteca inclusiva? Repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais dos sistema de bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 1, 1999, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001. p. 245-256.

SOUZA, S. C. **Acessibilidade**: uma proposta de metodologia de estruturação de serviços informacionais para usuários cegos e com visão subnormal em bibliotecas universitárias. 141 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 12, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 06 jun. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século XXI. **Revista inclusão**, ano 1, n. 1, p.19-23, out. 2005.

TSUTSUI, Priscila Fialho. O novo conceito de pessoa com deficiência. **Conteúdo Jurídico**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.r/?artigo>. Acesso em 28 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Biblioteca Central (BC)**. 2018. UFMA. Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMA

Universidade Federal do Maranhão

Centro de Ciências Sociais

Curso de Biblioteconomia

**TERMO DE CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UFMA**

Eu, Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira, responsável pela direção integrada de bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão declaro estar de acordo com a condução do protocolo de pesquisa intitulado: “A (in) acessibilidade atitudinal do bibliotecário da Biblioteca Central da UFMA”, enquadrado no Curso de Biblioteconomia desta Universidade, sob a responsabilidade das pesquisadoras Sandra de Jesus Campos Abreu (orientanda) e Professora Doutora Isabel Cristina dos Santos Diniz (orientadora), vimos solicitar a Vossa autorização para a aplicação de um questionário a ser aplicado aos bibliotecários da Biblioteca Central da UFMA. Declaro que conheço seus objetivos e a metodologia que será desenvolvida, estando ciente de que não irá interferir no fluxo normal da Instituição e que a pesquisa não gerará nenhum ônus à mesma; declaro estar ciente da corresponsabilidade como instituição coparticipante do projeto de pesquisa, no compromisso da segurança e bem-estar dos participantes recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal. Estou ciente que minha autorização é voluntária e que a qualquer momento, posso solicitar esclarecimentos sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de constrangimento, posso revogar meu consentimento. Os dados somente serão divulgados em publicações científicas, sendo preservada a identidade dos participantes. Declaro ainda aguardar até a data prevista para o término (ou de acordo com o pesquisador responsável) para receber o retorno da presente coparticipação. Dessa forma, as pesquisadoras citadas estão liberadas para aplicar o inquérito necessário para sua investigação aos diretores/coordenadores desta biblioteca. São Luís- MA, 05 de março de 2021.



Assinatura da Diretoria Integrada de Bibliotecas da UFMA

APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO

DO PROJETO DE PESQUISA

Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais Curso de Biblioteconomia
CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

São Luís, 05 de março de 2021.

Ilustríssima senhora diretora da Diretoria Integrada de Bibliotecas da UFMA.

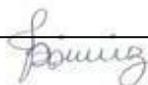
No contexto do projeto de monografia intitulado “A (in) acessibilidade atitudinal do bibliotecário da Biblioteca Central da UFMA”, enquadrado no Curso de Biblioteconomia desta Universidade, sob a responsabilidade das pesquisadoras Sandrade Jesus Campos Abreu (orientanda) e Professora Doutora Isabel Cristina dos Santos Diniz (orientadora), vimos solicitar a Vossa autorização para a aplicação de um questionário semiestruturado a ser aplicado aos bibliotecários atuantes na Biblioteca Central da UFMA.

Caso esteja de acordo com nossa proposta, como muito desejamos, solicitamos que assine o Termo de consentimento/ciência anexo. Encontramo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Assinaturas das Pesquisadores responsáveis:



Sandra de Jesus Campos Abreu (orientanda)



Professora Doutora Isabel Cristina dos Santos Diniz (orientadora)

APÊNDICE C - MODELO DO ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Prezados/as Bibliotecários/as solicitamos a sua colaboração, voluntária, para participar nesta pesquisa que tem como objetivo geral: analisar a (in) acessibilidade atitudinal do bibliotecário da BC/UFMA. Caso queira colaborar, sua participação consiste apenas em responder a um conjunto de questões, com tempo estimado para o preenchimento de cerca de 15 minutos. Note que não existe respostas certas ou erradas; responda apenas de forma a refletir as suas opiniões e atitudes. As informações são confidenciais e anônimas, destinando-se a tratamento estatístico para elaboração de uma monografia do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, Obrigada pelo tempo dispensado.

Pesquisadoras:

Sandra de Jesus Campos Abreu (Discente do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão)

Isabel Cristina dos Santos Diniz (Docente do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão)

1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1.1 Idade

- 18 a 25 anos
- 26 a 33 anos
- 34 a 41 anos
- 42 a 49 anos
- Mais de 50 anos

1.2 Gênero

- Masculino
- Feminino
- Outros

1.3 Nível acadêmico

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

1.4 Tempo de Serviço

- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- Acima de 21 anos

1.5 Identifique o Setor de sua lotação oficial na Biblioteca

- Diretoria
- Setor de referência
- Periódicos
- Serviço de Controle, formação do acervo e intercâmbio
- Processamento Técnico
- Biblioteca digital
- Encadernação
- Periódicos eletrônicos
- Outros...

1.6 Além da formação de bibliotecário, possui outra que o habilite ou lhe dê noção de como lidar com usuário com deficiência?

1.7 O que entende por inclusão social de estudantes com deficiência em bibliotecas universitárias?

1.8 Desde que atua nesta biblioteca, já participou de algum (ns) projeto (s) de inclusão social de estudantes com deficiência?

- Sim
- Não

1.9 Caso a resposta anterior seja SIM, especifique detalhadamente o (s) projeto (s) de inclusão social de estudantes com deficiência.

2. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ATITUDINAL DOS BIBLIOTECÁRIOS

2.1 No balcão de atendimento do Serviço de Referência e Informação, os estudantes com deficiência recebem atendimento prioritário, respeitando-se a opção dos mesmos?

Sim

Não

2.2 Caso queira comente a questão anterior

2.3 O bibliotecário participa de cursos, treinamentos, etc. sobre acessibilidade e inclusão de usuários?

Sim

Não

2.4 Caso a resposta anterior seja SIM, identifique o (s) curso (s) em que participou.

2.5 Considera que a biblioteca possui no seu quadro de pessoal algum bibliotecário capacitado para atender e desenvolver atividades orientadas para a acessibilidade e inclusão de estudantes com algum tipo de limitação ou necessidade educativa especial?

Sim

Não

2.6 Caso queira comente a questão anterior.

2.7 O bibliotecário procura investir na sua capacitação sobre as diferentes necessidades que as pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas podem apresentar no acesso e uso da informação?

Sim

Não

2.8 Caso queira comente a questão anterior.

2.9 O bibliotecário investe na sua capacitação quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem a acessibilidade da informação no contexto da biblioteca?

Sim

Não

2.10 Caso queira comente a questão anterior.

2.11 A equipe da biblioteca dispõe de pelo menos um funcionário articulador orofacial a fim de permitir a leitura labial de surdos oralizados?

Sim

Não

2.12 Caso queira comente a questão anterior.

2.13 A equipe da biblioteca dispõe de pelo menos um funcionário (que não seja bibliotecário) tradutor de Língua Brasileira de Sinais?

Sim

Não

2.14 Caso queira comente a questão anterior.

2.15 Você considera os recursos disponíveis na biblioteca propícios para a satisfação dos usuários com deficiência?

Sim

Não

2.16 Caso queira comente a questão anterior.

2.17 Você considera a biblioteca acessível ou adaptada para atender às necessidades especiais dos usuários com deficiência?

Sim

Não

2.18 Caso queira comente a questão anterior.

2.19 A biblioteca mantém um controle de registro sobre os estudantes com deficiência que frequentam, identificando suas limitações e necessidades no acesso e uso da informação?

Sim

Não

2.20 Caso queira comente a questão anterior.

2.21 Na sua percepção você se considera um bibliotecário/a que pratica Acessibilidade Atitudinal na biblioteca?

Sim

Não

2.22 Caso queira comente a questão anterior.